

Complementaridade deve ser realizada na prática

— Presidente Joaquim Chissano N. 22/5/87

«A complementaridade preconizada deverá cada vez mais ser realizada na prática e talvez seja útil reflectir sobre algum mecanismo para garantir a permanência na execução das acções e dinamizá-las» — afirmou o Presidente Joaquim Chissano, quando discursava ontem em Maputo, na sessão de abertura da 7.ª Cimeira dos Chefes de Estado dos «Cinco». Pela sua importância transcrevemos a seguir na íntegra o teor do discurso do Chefe do Estado:

Camarada José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola;

Camarada Aristides Maria Pereira, Presidente da República do Cabo Verde;

Camarada João Bernardo Vieira, Presidente da República da Guiné-Bissau;

Camarada Manuel Pinto da Costa, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe;

Distintos Delegados, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

E com grande alegria que o povo moçambicano acolhe companheiros de luta de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Em seu nome, o Partido-Frelimo e o nosso Estado desejam-vos as mais calorosas e fraternais boas-vindas a esta pátria irmã.

Os princípios e a prática da nossa cooperação íntima são tão antigas como a nossa luta pela libertação nacional. Quase três décadas se passaram desde o início das nossas acções comuns. Juntos vivemos cada etapa da luta dos nossos povos, compartilhamos derrotas, vitórias, momentos de tristeza e alegria, angústias e esperanças. Sempre concertámos os nossos pontos de vista para atingir um pensamento comum sobre a estratégia e tática de defesa dos nossos interesses. Sentimo-nos e agimos como a grande e unida família que somos.

Foi como família que, em Outubro último, todos juntos, magoados e em lágrimas, dissemos o nosso último adeus ao nosso querido camarada Samora Machel, que em missão de Paz sacrificou a sua vida. Despedimo-nos de Samora, como antes o fizéramos de Neto, Cabral, Mondlane. Nesses momentos de aflicção e tragédia as nossas palavras e pensamentos foram sempre de confiança e certeza na vitória, de solidariedade fraterna e decisão de apoiar os irmãos mais atingidos.

E por isso que ao recebermos os camaradas José Eduardo dos Santos, Aristides Maria Pereira, João Bernardo Vieira e Manuel Pinto da Costa o nosso Partido, o nosso Povo, o nosso Estado, sentem uma alegria e orgulho profundos e vos saudam: sejam bem-vindos à vossa casa, Camaradas Presidentes.

Caros Camaradas,

Iniciá-se a nossa VII Cimeira e com ela termina o seu mandato como coordenador o «Presidente» José Eduardo dos Santos.

O seu mandato foi marcado por muitas realizações que mais enraizaram a conexão multifacetada entre os nossos Estados. No campo dos transportes, do comércio, da educação, da cultura, da saúde, da formação de quadros, da comunicação social foram dados passos seguros, vai-se atingindo um ritmo satisfatório em termos de cooperação. Felicitamos o Presidente da República Popular de Angola, pelo prestígio e eficiência com que marcou o cumprimento da sua missão.

A guerra e as calamidades naturais, as grandes dificuldades económicas e financeiras que nos atingem, continuam a ser o obstáculo essencial e de relevo para a materialização dos nossos planos.

Apesar dos obstáculos, a experiência do nosso relacionamento já nos mostra que mais e melhor pode ser feito. Há campos em que estamos muito longe de ter esgotado o possível, realizável. Há que começar a fixar metas mínimas dimensionadas com objectividade, há que mobilizar a vontade para as cumprir. É indubitavelmente verdade que apesar das dificuldades financeiras todos fazemos algumas importações que não são a crédito de bens de consumo e outros, que poderiam ser adquiridos nos mercados dos «Cinco» — indiscutivelmente verdade que as diferentes transportadoras ainda têm disponibilidades não exploradas que poderiam servir à economia dos «Cinco» — indiscutivelmente verdade que os sistemas de formação de quadros universitários médios técnico-profissionais, existentes nos nossos países, podem dar resposta mais ampla às necessidades oblectivas dos «Cinco».

A complementaridade preconizada, deverá, cada vez mais, ser realizada

na prática e talvez seja útil reflectir sobre algum mecanismo para garantir a permanência na execução das acções, e dinamizá-las.

Queridos Camaradas:

Os nossos Estados têm princípios e práticas comuns, no seio da comunidade internacional. Fazemos ouvir, com respeito, a nossa voz sobre os mais importantes problemas internacionais, sobre as questões que preocupam os Estados não-alinhados e o nosso continente. Temos encorajado todos os esforços conducentes à diminuição das tensões mundiais, ao desarmamento nuclear, à necessidade de extinção dos sistemas de destruição massiva.

Para além dos perigos que estes sistemas representam para a humanidade, pensamos que os imensos recursos humanos e materiais consagrados à destruição são mais úteis e necessários para a eliminação da fome, da miséria, do subdesenvolvimento.

Uma das características do subdesenvolvimento é a extrema vulnerabilidade dos países em relação às calamidades naturais. No nosso continente, os problemas da desertificação, das secas, das inundações que destroem as vidas humanas, o gado e as culturas, são cada vez mais graves. Esta situação, que se manifesta de uma forma aguda na região do Sahel atinge já, crescentemente a África Austral.

A resposta internacional de solidariedade é positiva, e congratulamo-nos com isso. Mas ela é insuficiente. Há que socorrer as vítimas. Mas mais importante ainda, é a recuperação e organização das economias para se prevenirem efeitos das calamidades naturais e garantir o desenvolvimento. Os nossos esforços nesse sentido são parte integrante do Programa da Reabilitação de África, apresentado às Nações Unidas pela OUA.

A questão principal de toda a África, a questão da paz, não está resolvida. Persistem em várias regiões conflitos que dilaceram o nosso continente e que importa pôr termo.

A Frente POLISARIO e o governo da República Árabe Saharaui Democrática têm continuamente manifestado a sua disponibilidade de, com o Reino de Marrocos, entabular negociações que conduzam a uma solução honrosa do conflito e garantam o respeito do direito inalienável do povo Saharaui à autodeterminação e independência nacional.

Saudamos estas iniciativas da RASD. Como seus amigos e amigos do povo marroquino, encorajemos as acções conducentes ao diálogo e à paz no respeito pela dignidade.

Entre outros problemas da situação internacional que nos preocupam, gostaria de salientar a luta do povo de Timor-Leste sob a direcção da FRETLIN, pela sua afirmação como povo livre independente e soberano. Esta é uma questão que não pode deixar de exigir a nossa atenção e solidariedade fraterna.

A política belicista de Pretória na região da África Austral, a política colonialista sul-africana na Namíbia, a política fascista dentro da África do Sul agravam-se multiplicando conflitos, criando destruições e morte.

As agressões e invasões de Angola, a guerra não declarada, contra Moçambique, os atentados, agressões e ameaças contra o Zimbabwe, a Zâmbia e o Botswana, no seu conjunto, traduzem uma decisão política de generalizar a guerra e de arrastar a África Austral para o núcleo das confrontações entre as grandes potências.

O recente exercício eleitoral só para brancos que teve lugar na África do Sul incentiva e alimenta uma política de violência, uma política de guerra. É assim que para ganhar votos numa comunidade desorientada, pelo fanatismo e medo, o governo multiplicou ameaças e agressões contra estados vizinhos durante a campanha eleitoral. Tendo-se consolidado em termos de parlamento para brancos as tendências belicistas, tudo leva a esperar um maior aventurismo na escalada de Pretória.

Facto novo e positivo neste exercício eleitoral foi, no entanto, a manifestação no seio da comunidade branca, de uma larga corrente de opinião que se opõe ao «apartheid» não votou por ele.

A realidade é que o desenvolvimento da luta de massas contra o «apartheid» e sua condenação internacional, faz com que seja crescente hoje, também no interior da África do Sul, o isolamento da minoria que o defende.

heide» e sua condenação internacional, faz com que seja crescente hoje, também no interior da África do Sul, o isolamento da minoria que o defende.

Dentro da comunidade branca, vemos assim personalidades religiosas, figuras do mundo financeiro e económico, jovens, estudantes, artistas, desportistas, condenarem o «apartheid», exigirem a libertação de Mandela, buscarem o contacto com o ANC, integrarem-se na UDF e outras forças democráticas. Em resumo afirmam-se como autênticos sul-africanos, cidadãos de um só país, filhos duma mesma Nação. Estas vozes sensatas não são todavia ouvidas em termos de política governamental que até tudo faz para as silenciar, calar, exilar.

Nestas circunstâncias é imperativa uma acção consequente da comunidade internacional para travar a ameaça de guerra generalizada no subcontinente e pôr termo à política de desestabilização. Trata-se sobretudo de impedir que as manobras de Pretória transformem a confrontação entre a humanidade, por um lado e o «apartheid», o colonialismo e o belicismo por outro, numa falsa confrontação de interesses entre o Leste e Oeste.

A independência da Namíbia é tarefa urgente e deve inserir-se como prioridade no esforço da comunidade internacional para pôr termo à violência e guerra na África Austral. A lógica da descolonização exige já há mais de duas décadas que o território se tivesse tornado independente, tal como aconteceu às restantes antigas colónias alemãs em África. Pretória sempre quis manter a dominação cultural sobre a Namíbia, com ocultos diferentes pretextos.

A solidariedade activa com a SWAPO é indispensável para que a acção diplomática e política em favor da descolonização imediata da Namíbia seja eficiente e neutralize as diferentes manobras do regime de Pretória para protelar a independência da Namíbia ou esvaziá-la de conteúdo.

Saudamos com admiração a luta heróica dos povos da Namíbia e África do Sul sob a direcção respectiva da SWAPO e do ANC.

Apesar das leis de emergência, apesar de uma repressão cada vez mais

brutal e sangrenta o povo sul-africano persiste na via do combate libertador e intensifica a acção de desarticulação dos mecanismos de dominação do «apartheid».

A comunidade internacional tem que reforçar a capacidade defensiva dos Países da Linha da Frente, apoiar a independência e o desenvolvimento económico da zona, solidarizar-se com o movimento de libertação e combater o sistema do «apartheid». São estes os caminhos para que seja ouvida a triunfe a voz da razão.

Neste caminho registamos progressos. A causa de Moçambique, de Angola, do Zimbabwe, do Botswana, da Zâmbia tornam-se mais conhecidas e respeitadas. Os políticos responsáveis não hesitam hoje em qualificar a política de Pretória como o único factor de guerra e desestabilização na região. O apoio à SADC está a materializar-se e é encorajadora a perspectiva e resposta que já se desenham sobre os corredores da Boira, Benguela, Limpopo, Nacala e Dar-es-Salaam. Os esforços de cooperação no subcontinente têm conduzido a uma declaração política positiva dos governos do Malawi e do Zaire que importa agora materializar em realizações pertinentes à causa da paz e do desenvolvimento no interesse de todos os povos.

Caros Camaradas,

A nossa reunião Cimeira coincide com o início das celebrações do 25.º Aniversário da FRELIMO. É momento de alegria para o nosso povo, muito embora este jubileu ocorra quando ainda o luto da guerra, as suas destruições e miséria continuam a assolar a terra moçambicana. É um aniversário celebrando em época de austeridade, quando o esforço de todo o povo se concentra na luta para erradicar o banditismo, recuperar a economia e construir a nossa pátria socialista. A vossa presença é um estímulo, um encorajamento, uma manifestação de carinho e solidariedade fraternais que bem nos conforta e corajoso. Por isso estamos gratos.

Permitam-me desejar os maiores sucessos à VII Cimeira dos Chefes do Estado da República Popular de Angola, da República do Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique, da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A Luta Continua.
A Vitória é Certa.